

# Corrupção: governo é lento.

A APURAÇÃO DAS DENÚNCIAS TEM SIDO MARCADA POR INCIDENTES E RETROCESSOS, ENQUANTO DENUNCIADOS PERMANECEM NOS CARGOS.



Corrêa: sindicância sem Jutahy.

Braga: 'improbidade'.

Rocha Lima: dossiê.

Hamilton: nova raspadinha.

MARA BERGAMASCHI

O governo não tem conseguido dar respostas rápidas e eficazes para as primeiras denúncias surgidas no período Itamar Franco. Apesar dos constantes brados do presidente contra a corrupção, a investigação dessas irregularidades tem se desenvolvido em círculos, sem atingir os administradores públicos denunciados.

Na semana passada, por exemplo, o secretário de Desportos, Márcio Braga — acusado de receber indevidamente diárias e passagens aéreas —, foi mantido no cargo pelo ministro da Educação, Murílio Hingel. A irregularidade, constatada pela Secretaria de Controle Interno do Ministério e submetida ao Tribunal de Contas da União, foi “sanada” de forma inusitada: na quinta-feira, Braga assinou um cheque de Cr\$ 35 milhões em favor do ministério.

A iniciativa, considerada inédita, surpreendeu o Ministério Público Federal, que ameaça abrir inquérito contra o secretário, e o próprio TCU. “Com a devolução do dinheiro, ele pode ter reparado suas responsabilidades civis, mas do ponto de vista da administração pública seu ato significou a confissão de uma improbidade”, avaliou um auditor do TCU.

O Ministério da Educação também deu outra demonstração do descompasso. Apesar de o governo ameaçar há meses anular a concorrência que reservou para a Indústria Brasileira de Formulários (IBF) a confecção dos bilhetes da Raspadinha, Hingel lançou na quarta-feira a “Trinca dos Bi-



Jutahy: LBA da Bahia.

lhões” — uma raspadinha para financiar o Crédito Educativo. O novo jogo garantiu à IBF uma encomenda de 30 milhões de bilhetes e um bilionário faturamento extra. No dia seguinte, Itamar Franco mandou o ministro da Fazenda, Paulo Haddad, investigar a legalidade do contrato entre a CEF e a empresa, em vigor desde 1990. No comunicado que enviou a Haddad, o presidente não faz referência, no entanto, ao lançamento da “Trinca dos Bilhões”.

A intervenção de Itamar provocou, na sexta-feira, a suspensão do contrato da CEF com a IBF e a abertura de inquérito na Polícia Federal para investigar as relações de Hamilton Lucas de Oliveira, dono do grupo, com PC Farias. O presidente entrou em cena seguindo recomendação de assessores preocupados com “a falta de resposta” para as irregularidades.

Encarregado de ser o “ouvidor da República”, o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, já despachou cerca de 40 denúncias — a esmagadora maioria remanescente do governo Collor — para os órgãos competentes. Mas pelo menos uma, já da era Itamar, voltou ao seu local de origem. Apesar de a LBA ter constatado malversação de recursos em três municípios baianos citados pelo governador Antônio Carlos Magalhães, Corrêa mandou seu colega Jutahy Magalhães Júnior (Bem-Estar Social) — alvo das denúncias de ACM — patrocinar nova sindicância. Criticado, Corrêa transferiu as investigações para uma comissão governamental.

## Desilusão

Desiludido com as promessas de “apurar tudo”, o deputado Jacques Wagner (PT-BA) disse ter decidido apelar novamente para a Procuradoria Geral da República. Wagner conta que, desde dezembro, encaminhou ao presidente, a Corrêa e ao ministro das Comunicações, Hugo Napoleão, um farto dossiê contra o presidente dos Correios, José Carlos Rocha Lima, que permanece no cargo. Na semana passada, quando o JT publicou que a ECT adiantava pagamentos para a Vasp, o deputado decidiu entrar com uma representação contra Rocha Lima e Napoleão. “Até o momento não está visível nenhuma iniciativa do governo para punir os remanescentes do governo Collor e esclarecer os novos casos de corrupção”, diz.